

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE**  
**CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30**  
**HORAS.**

---

ATA Nº 019

**PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO**

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de discutir exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes.

Convido para tomar assento à Mesa: a Deputada Verinha Araújo; a Deputada Federal Thelma de Oliveira, representando aqui a Câmara dos Deputados; a Dr<sup>a</sup> Silvana Correa Viana, Promotora de Justiça, neste ato, representando o ilustre Procurador-Geral de Justiça, Dr. Paulo Prado; a Dr<sup>a</sup> Benedita Rosarinha, Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB; o Dr. Ricardo Siqueira, Secretário Municipal de Defesa e Cidadania de Cuiabá; o Sr. Davino Mário de Arruda, Coordenador dos Conselhos Tutelares de Cuiabá; a Sr<sup>a</sup> Terezinha de Arruda, Coordenadora do Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; o Sr. Roberto Dias Amorim, Coordenador do Comitê Estadual de Enfrentamento de Exploração e Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes; o Inspetor Fernando, da Polícia Rodoviária Federal; o Dr. Francisco Esteves, Presidente do Centro Acadêmico de Direito da Faculdade Catedral de Barra do Garças; a Primeira-Dama de Porto Alegre do Norte, Joaquina da Silva.

Composta a Mesa, convido todos para ouvirmos o Hino Nacional.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO - PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Senhores e senhoras, com o *slogan* da campanha nacional de preparação para a mobilização do Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de 2006, *Esquecer é permitir; lembrar é combater*, é que quero abrir esta Audiência Pública que foi requerida para discutirmos a violência contra as crianças e adolescentes.

Vamos discutir aqui, hoje, a questão da violência maior, que é o abuso sexual perpetrado contra as nossas crianças.

Aqui em Mato Grosso um levantamento realizado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos conselhos tutelares, em 63 municípios, revela que houve 1.249 notificações de caso de violência sexual contra criança e adolescente só no ano de 2002.

De 2002 para cá sabemos que isso aumentou muito, pois tanto o levantamento realizado em Mato Grosso como pesquisas nacionais revelam que o maior agressor tem estreitas relações com as crianças, ou seja, como primeiros colocados aparecem os pais biológicos e os padrastos - o que torna o ato ainda mais desastroso e com conseqüências mais graves.

Tão graves quanto a violência sexual são as outras formas de violência: física, psicológica e a negligência. No ano de 2003, apenas ao SOS-Criança foram notificados 2.413 casos de violência contra crianças e adolescentes.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Isto nos revela apenas pequena parte do problema, tendo em vista que a grande maioria dos casos fica encoberta pela omissão de familiares, vizinhos e muitas vezes pelos próprios profissionais, das mais diversas áreas que lidam diretamente com as vítimas.

Segundo pesquisadores do Laboratório de Estudos da Criança da Universidade de São Paulo - LACRI/USP, estima-se que, em relação à violência sexual, para cada caso notificado existem 20 não notificados.

A subnotificação tornou um grande entrave ao enfrentamento a esse tipo de violência.

Esta realidade nos remete a urgente necessidade de mobilização de todas as instituições, dos profissionais envolvidos, dos gestores e das autoridades dos poderes constituídos, da população como um todo, para um enfrentamento totalmente eficaz desta questão.

E aqui eu quero fazer um parêntese para o trabalho que a Polícia Rodoviária Federal de Mato Grosso está fazendo, um trabalho que eu pude acompanhar e que, com certeza, vai trazer resultados muito favoráveis a esse combate, a essa causa que todos nós lutamos.

Hoje a Assembléia Legislativa de Mato Grosso entra definitivamente na luta para erradicarmos este tipo de violência, a partir da ressonância que esta Casa reflete para todo o Estado. Estamos colocando toda a nossa estrutura legal à disposição desta rede de serviços para o enfrentamento da violência contra crianças, adolescentes e mulheres, principalmente o nosso canal de televisão, hoje, o canal 36 que, no momento, é um canal fechado, mas que brevemente vai ser um canal aberto e todo o Estado de Mato Grosso vai poder ver o nosso trabalho.

A todos os presentes, muito obrigado!

Vou passar a palavra à Deputada Federal Thelma de Oliveira. A senhora pode falar aqui, pode falar na tribuna, onde desejar.

A SR<sup>a</sup> THELMA DE OLIVEIRA - Bom-dia!

Eu quero cumprimentar o Deputado Humberto Bosaipo; a Deputada Verinha Araújo; cumprimentar também a nossa primeira-dama de Porto Alegre que está presente, a Joantina; o Francisco Esteves, que é Presidente do Centro Acadêmico de Direitos Humanos de Barra do Garças; o Inspetor Fernando, da Polícia Rodoviária Federal na sua pessoa e também na pessoa do Calonga que está aqui, cumprimentar a Polícia Federal pelo brilhante trabalho e pela grande parceria que vem fazendo neste Estado.

Cumprimentar o Roberto Dias Amorim, Coordenador do Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e Exploração das nossas crianças e adolescentes; cumprimentar a Teté, a Terezina, mas eu vou falar Teté, Coordenadora também do Comitê Estadual; o Davi, Coordenador dos Conselhos Tutelares e é muito importante que hoje a gente tenha essa organização dos Conselhos Tutelares, porque os Conselhos Tutelares na verdade são as antenas que recebem as denúncias nesse tema tão doloroso que é para todos nós.

O Dr. Ricardo Siqueira, Secretário Municipal de Defesa da Cidadania; Rosarinha, que é da OAB, mas ela é Presidente da Comissão de Infância e do Adolescentes e é uma das grandes parceiras que nós temos também; Dr<sup>a</sup> Silvana, que é Promotora da Justiça, neste ato está representando o Dr. Paulo Prado, que já realizou um grande trabalho, nós fizemos uma parceria lá em Várzea Grande.

Cumprimento todos os companheiros e todos os militantes que estão aqui.

Eu gostaria de começar a minha fala lembrando um pouco do nosso histórico aqui em Mato Grosso com relação a essa situação. Nós começamos em 1995, ainda no Governo Dante de Oliveira, assumindo o Governo, e fizemos uma parceria entre a PROSOL e a OIT para que a gente

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

entrasse, o Governo do Estado assumisse, enquanto política pública, esse tema que é de combate à exploração e abuso da criança e do adolescente.

Em 1996, justamente nessa parceria e agora com a Universidade Federal em 96, foi realizada a primeira pesquisa qualitativa no Brasil. Nós realizamos em dez municípios aqui em Cuiabá para detectar, não era quantitativa, mas sim qualitativa, para detectar de que forma essa exploração acontecia nos nossos municípios. E aí nós escolhemos alguns municípios importantes, por exemplo: Santo Antônio, na questão do turismo; Santo Antônio e Chapada; trabalhamos Rondonópolis, a questão de ser um município industrial e ao mesmo tempo por estar na BR-364; trabalhamos municípios com a questão de garimpos, como Poxoréo, Peixoto de Azevedo; enfim, foi feita uma pesquisa qualitativa no ano de 1996.

Em 1998, o Governo do Estado definiu uma política de fortalecimento dos Conselhos Tutelares, com distribuição de computadores, *fax*, automóveis, exatamente para fortalecer - e também algumas ONGs - esse trabalho.

Em 2000, nós lançamos a primeira campanha - algumas pessoas aqui vão se lembrar, o Calango eu acho que foi uma das pessoas em que fomos lá, mostramos a nossa campanha - que era uma menininha que nós estávamos trabalhando naquele momento, foi a primeira campanha que trabalhamos aqui dentro do Estado de Mato Grosso.

E de 2000 a 2002, nós vamos estimular a sociedade a ficar conosco nessa luta. E em 2002 - e aí é uma coisa que eu quero lembrar a vocês - foi quando, com o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência e Exploração e a Sociedade Civil, foi feito o primeiro Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Infanto-Juvenil, que eu, até depois gostaria de saber, esse Plano foi feito em 2002, e depois não tivemos mais notícia, nós já estamos em 2006, não temos mais notícias do que aconteceu, se esse Plano vem sendo avaliado, se vem sendo monitorado e se já temos um novo plano, porque nós temos que ter.

O Governo do Estado, junto com a sociedade, tem que ter um plano que seja mais atual para essa situação hoje, porque a situação muda.

Então, se tivermos ainda só com o plano de 2002, nós estamos defasados com relação à situação que aí está.

Em 2003, depois, lá na Câmara Federal, nós começamos a participar da CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Combate à Exploração e Violência Sexual. Percorremos 27 Estados, realizamos audiências públicas, realizamos diligências, e aqui algumas pessoas participaram, como foi o caso da Teté, como foi o caso da Dulce, e nós fomos a Cáceres, ouvimos Apiacás, Poxoréo, e foi uma situação bastante dolorosa.

De lá para cá, fizemos a nossa Audiência aqui no dia 04 de abril. Os municípios citados na CPI. E eu acho que hoje, Deputado Humberto Bosaipo, nós já temos muito mais municípios. Naquela época, foram: Alta Floresta, Cáceres, Cuiabá, Rondonópolis, Várzea Grande, Nortelândia, Porto Esperidião, Poxoréo, São Félix do Araguaia, Tangará da Serra, Juscimeira, Juara, Pontes e Lacerda, Peixoto de Azevedo e Apiacás.

Mas embora tudo isso, e o Deputado Humberto Bosaipo falou no discurso dele, o que nós sentimos é que houve uma ampliação. Aumentou-se o número de denúncias, aumentou-se o número de casos. Por quê? Porque nós precisamos fortalecer os nossos órgãos, fortalecer as nossas entidades governamentais, isso é fundamental. E é por isso que eu quero louvar a ação da Assembléia Legislativa, louvar a criação dessa rede de enfrentamento, porque é através dela que nós vamos conseguir mudar essa situação.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

A Frente Parlamentar, e estou aqui hoje, Deputado Humberto Bosaipo, Deputada Verinha Araújo, com um único objetivo. A Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança já existe, em Brasília, desde 1993. E ela é importantíssima, porque o Parlamento não é apenas um espaço democrático para discussão, como nós estamos aqui hoje, para discutir e avaliar. Mas é sobretudo onde se legisla, e é onde são definidas as ações, os programas, os projetos e definido uma das coisas que eu bato mais duro, é aqui que vai ser definido o orçamento que vai possibilitar que possamos realmente, através dos planos, minimizar e fazer com que as nossas ações cheguem a efeito.

Então, um dos objetivos da Frente Parlamentar lá do Congresso Nacional é fazer com que criemos a Frente Parlamentar aqui na Assembléia Legislativa, e eu estou aqui imbuída nesse sentido. E eu vou entregar, à Deputada Verinha Araújo já entreguei, ao Deputado Humberto Bosaipo o que é o manual para a formação e ação da Frente Parlamentar, porque achamos que é essa parceria que vai fortalecer todas as ações que nós estamos fazendo.

Essa frente não vai ser criada só aqui na Assembléia Legislativa, ela tem que ser criada em todas as Câmaras Municipais do Estado, nas 141 Câmaras. Por quê? Porque o envolvimento do Parlamentar é fundamental. Na hora em que o Parlamentar está lá envolvido, que ele vai discutir, ele vai pegar o orçamento que o Estado vai encaminhar e vai verificar, uma das coisas que nós também defendemos: como é que está o Orçamento Criança para o Estado de Mato Grosso? Quais são os projetos? Quais são os planos? Que programas o Governo do Estado tem para atender as nossas crianças na prevenção e também na proteção? Porque isso vai ser fundamental.

Agora, não podemos cobrar apenas do Governo do Estado. Nós temos que trabalhar as Prefeituras, os nossos Vereadores, fazer com que lá na Prefeitura - porque é no município que a coisa acontece - tenha também a sua Frente Parlamentar, uma Frente Parlamentar suprapartidária. A nossa prioridade não é saber qual é o Partido ou não, a prioridade tem que ser a criança, e é esse o nosso objetivo.

Então, estou aqui, hoje, Deputado Humberto Bosaipo, buscando o seu apoio e de todos os Deputados desta Casa. Não importa qual seja o partido, o nosso partido tem que ser a nossa criança, tem que ser a criança brasileira, tem a que ser a criança mato-grossense, porque através dela que nós vamos garantir o futuro do nosso País e o futuro do nosso Estado.

Então, eu quero, Deputados, dizer que Mato Grosso não está totalmente omissa. Em maio de 2005, quando foi feito um pacto nacional de enfrentamento no Ceará, Mato Grosso estava presente. E quando foi feito, em outubro de 2005, em Brasília, o I Encontro de Parlamentares, a Deputada Verinha Araújo estava lá nos representando. Mas precisamos consolidar isso com a participação de todos os Parlamentares. Todos têm que assinar, têm que aderir, têm que fiscalizar, acompanhar e monitorar as ações que nos possibilitem trabalhar nesse sentido.

Então, eu quero aqui, hoje, trabalhar para que a gente, Deputado Humberto Bosaipo, consolide e componha essa rede que está acontecendo em nível nacional. Recentemente, teve até uma campanha: "Parlamentares da Esperança, seu voto é pela criança". Essa é uma das propostas que eu quero fazer. E eu gostaria - já estou encerrando - que nós fizéssemos essa campanha aqui dentro da Assembléia Legislativa e em todas as Câmaras: "Parlamentares da Esperança, seu voto é pela criança", para que cada Vereador e cada Deputado esteja atento na hora de votar o orçamento, esteja atento na hora de votar os projetos, porque os projetos são fundamentais, porque é através deles que nós vamos implementar todas as nossas ações.

Queria também propor, além da consolidação dessa frente aqui, o compromisso de cada Deputado desta Casa; sugerir também que nós avaliemos e monitoremos o Plano Estadual de

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Enfrentamento à Violência contra as Crianças e Adolescentes; saber se o Governo do Estado já tem um novo plano e o que está sendo feito; ampliar a criação das frentes parlamentares em todas as câmaras municipais. No dia 26 nós estaremos em Sorriso, se Deus quiser, já convidei aqui a Polícia Rodoviária Federal para se fazer presente conosco, nós vamos lá, os vereadores já conversaram conosco.

Em Várzea Grande o Vereador Wiltinho e a Vereadora Aziza já estão se articulando para criar a Frente Parlamentar em Várzea Grande, e nós queremos então somar esses esforços.

Queremos organizar com toda a sociedade um abaixo-assinado, solicitando a criação da vara criminal especializada para tratar apenas dos casos relacionados às violências contra crianças e adolescentes. Essa é uma proposta que está correndo em nível nacional.

Saber monitorar como é que está o orçamento criança dentro do Estado, eu acho que isso é fundamental até para delinear as nossas ações, as nossas atividades. E também envolver a Associação Mato-grossense dos Municípios - essa é a última coisa que eu quero colocar, porque muitas vezes a Associação Mato-grossense dos Municípios tem uma força muito grande não só em nível estadual, como em nível nacional, quando realiza as marchas para os Prefeitos. Mas, normalmente, eu não tenho visto - posso até estar errada - colocar como prioridade a questão da criança e do adolescente. Então, discutem-se todas as questões relacionadas a impostos, relacionadas a obras físicas, mas não tem discutido uma das coisas mais importantes que é uma obra que é da construção do ser humano. Na medida em que você investe na criança, na área da educação, na área da saúde, na área da assistência, você está investindo na construção de um novo ser humano, que é a criança.

Então, eu vou encerrando as minhas palavras, agradecendo esta oportunidade, agradecendo aos militantes que estão aqui.

Deputado Humberto Bosaipo, essas pessoas que estão aqui são lutadoras, são batalhadoras. Para a realização do evento de ontem, à noite, eu sei que alguns membros da Polícia Federal tiveram que tirar recursos do seu próprio bolso e também outros componentes dessa rede de enfrentamento tiveram que bancar o evento, e aí essa parceria que nós estamos tentando hoje com a Assembléia Legislativa na criação da frente parlamentar é fundamental para que nós possamos ter sucesso. Sem o envolvimento de cada um de nós, da sociedade como um todo, não vamos conseguir minimizar essa, que na minha avaliação é a pior violência que pode existir, violência sexual, porque ela traumatiza a criança, não apenas afetivamente, emocionalmente, mas ela dificilmente vai ter uma vida sexual sadia depois que é abusada, depois que é explorada.

Então, a nossa responsabilidade, o nosso compromisso é muito grande, é muito forte, e nós precisamos do apoio de todos vocês e principalmente desta Casa. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós queremos convidar para fazer parte da Mesa o Vereador Éden Capistrano, de Cuiabá.

Vamos ouvir a Deputada Verinha Araújo.

A SR<sup>a</sup> VERINHA ARAÚJO - Bom-dia a todos e a todas!

Quero agradecer a presença aqui na nossa Casa, na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, de todos os cidadãos e cidadãs, profissionais que atuam na área em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Quero aqui cumprimentar a Mesa: o Deputado Humberto Bosaipo, que coordena esta Audiência Pública, que foi o Deputado que apresentou o pedido da Audiência; a Deputada Federal Thelma de Oliveira; a Joaquina da Silva, que é a primeira-dama de Porto Alegre do Norte; o

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

Francisco Esteves, Presidente do Centro Acadêmico de Direito de Barra do Garças; o Inspetor Fernando, da Polícia Rodoviária Federal; o Roberto Dias Amorim, Coordenador do Comitê Estadual de Enfrentamento da Exploração e Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes; a Terezinha Arruda, Coordenadora do Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual da Criança e Adolescente; o Ricardo Siqueira, da Secretaria Municipal de Defesa e Cidadania de Cuiabá; a Dr<sup>a</sup> Benedita Rosarinha, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB e Presidente da Comissão de Infância e Adolescência; a Dr<sup>a</sup> Silvana, Promotora de Justiça, neste ato, representando o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Paulo Prado; e Davino Mário de Arruda, Coordenador dos Conselhos Tutelares de Cuiabá.

Então, nós estamos já no dia 19 de maio, pós 18 de maio, que é o Dia Nacional de Luta e Combate à Exploração e Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Ontem à noite, participamos de um evento idealizado, articulado, organizado pela Polícia Rodoviária Federal. Quero aqui cumprimentar todos os profissionais que atuam nessa área, os evangélicos, os não-evangélicos, que estiveram na praça ontem, a presença importante da população cuiabana e várzea-grandense que passava por aquela praça, e trouxeram o tema para a praça pública. Tivemos lá diversos discursos de compromisso, e também orações e cantos. Tivemos uma diversidade, tratando de um tema tão importante hoje em nossa sociedade.

Parabéns à Polícia Rodoviária Federal, que está nas estradas também fazendo este trabalho.

Rapidamente, gostaria de dizer que nós que somos Parlamentares, que estamos na luta para articular a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, estamos aqui, hoje, assumindo, eu e o Deputado Humberto Bosaipo, porque já há algum tempo estamos discutindo nesta Casa algumas outras intervenções sobre este tema, muitas vezes na área de prevenção sexual.

Já tivemos aqui debate sobre o relatório da UNESCO. A UNESCO fez uma pesquisa nacional, editou um livro, sobre todas as Capitais, e Cuiabá é uma das Capitais que apresenta o maior índice de gravidez precoce. Nós precisamos trabalhar a questão da prevenção. Tem uma lei nossa e esperamos que a Secretaria Estadual de Educação regule para trabalhar nas escolas orientação e prevenção sexual.

Também aqui nesta Casa tivemos a presença da CPMI, no ano de 2004, lá na sede antiga da Assembléia Legislativa, onde acompanhamos os relatos, as denúncias, algumas no Estado de Mato Grosso. O próprio orçamento, nós temos trabalhado nesses anos de mandato na sua formulação e na sua execução, cobrando uma maior participação de recursos públicos na área social, principalmente nessa área de defesa da criança e do adolescente.

No ano passado, eu representei a Assembléia Legislativa em Fortaleza, no Ceará, onde lançamos o Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência. Foi na Assembléia Legislativa de lá, fui representando a Assembléia Legislativa de Mato Grosso e assinamos esse pacto. Hoje, já estamos aqui recebendo o livro que orienta a articulação dessas frentes nas Câmaras.

Então, Deputado Humberto Bosaipo, nós estamos assumindo aqui que articulemos junto às Câmaras Municipais. Vamos estar junto com a Deputada Thelma de Oliveira em Sorriso. Queremos nos comprometer a estar lá, porque foi uma das Câmaras que mais trabalhou nessa área. Uma Vereadora de Sorriso tem o compromisso de combater essa questão. E queremos aqui nos colocar à disposição.

Então, este livro está bastante orientativo para a articulação dessas Frentes Municipais. Devemos já aqui contar com a presença do Vereador Éden que, inclusive, fez uma

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Audiência Pública, na Câmara, anteontem... Não é, Vereador? Queremos que o senhor já assuma conosco o compromisso de articular essa Frente na Câmara de Cuiabá. Estamos com a Vereadora Aziza assumindo por Várzea Grande. Então, por onde passarmos agora, vamos ampliando essa Frente.

Essa Frente tem o objetivo de trabalhar não só a questão do abuso e da exploração sexual infantil, de combater isso, mas também com relação ao trabalho infantil, à violência urbana, a castigos físicos e humilhantes que as crianças sofrem, a rebaixamento da idade penal, ao direito à convivência familiar e comunitária, à gravidez na adolescência, a DST/AIDS, doenças sexualmente transmissíveis, à saúde materna infantil, ao desenvolvimento na primeira infância e aos recursos para a educação, como é o caso do FUNDEB, que estamos aguardando para ser votado no Congresso Nacional.

Então, essas são questões que nós podemos extrapolar nessa Frente, não só esse tema do 18 de maio. Então, essa Frente tem a missão de construir e consolidar uma agenda em favor das crianças e dos adolescentes no Parlamento, seja no âmbito municipal, estadual ou nacional, em consonância com os segmentos sociais envolvidos com o tema, de forma a democratizar cada vez mais o diálogo entre o Legislativo, Executivo, Judiciário, Ministério Público, Conselhos de Direito, Conselhos Tutelares e a sociedade civil organizada.

Nesse sentido é uma tarefa grande, apesar de estarmos em ano eleitoral, mas eu sempre digo que a melhor campanha é o trabalho. Então, eu acho que, independente disso, nós não podemos parar, o Estado não pode parar as atividades, porque é ano eleitoral. Ao contrário, nós temos que trabalhar, continuar mantendo a nossa agenda e é uma agenda que tem, realmente, colocado não só o Parlamento, mas todos os Poderes, hoje, com responsabilidade. E a sociedade civil organizada, que está aqui presente hoje, muitos que trabalham anonimamente, voluntariamente nessa área, com as dificuldades que têm enfrentado para fazer com que esse tema se constitua numa rede de proteção, nós temos que constituir uma rede de proteção. Por isso é importante os Conselhos Tutelares terem estrutura, porque são eles, hoje, a primeira porta a que chegam as denúncias, onde procura-se proteção.

A rede de saúde, a rede de assistência psicológica, a educação são os primeiros locais onde chegam as demandas, onde as crianças quando conseguem apresentar um depoimento, ou a mãe, os familiares ou um vizinho, são esses que as acolhem. Então, são esses que nós temos que proteger, ter recurso, tem condições. Por isso é importante o nosso papel enquanto Parlamentar para que essas estruturas funcionem bem com estrutura, com recurso, com orçamento. E a Assembléia Legislativa, as Câmaras têm um papel fundamental, a Câmara Federal, o Senado Federal.

Então, parabéns a nós que estamos aqui, que temos esse compromisso.

Estivemos na rua ontem, mas vamos fazer com que o 18 de maio não fique só no 18 de maio, para que ele seja todo dia na nossa vida, na nossa luta e no nosso trabalho.

Muito obrigada e um bom trabalho a todos e todas (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir a Dr<sup>a</sup> Benedita Rosarinha, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

A SR<sup>a</sup> BENEDITA ROSARINHA - Exm<sup>o</sup> Sr. Deputado Humberto Bosaipo, eu peço licença a Vossa Excelência, mas cumprimento a Mesa e todos os presentes, como de praxe, em nome das crianças e adolescentes dos nossos municípios, Estado e Brasil.

Bom-dia a todos e todas!

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

A minha fala vai ser bem curta até porque será direcionada à Comissão de Infância e Juventude da Ordem dos Advogados do Brasil, a qual presidimos. O nosso único objetivo, aliás único não, objetivo maior este ano nos trabalhos da Comissão, foi a Delegacia de Defesa. Mas antes de falar na Delegacia de Defesa, nós temos que falar das prerrogativas inerentes ao direito da criança e adolescente.

Enquanto Brasil, basta tão-somente que avoquemos o 227 da Constituição Federal. Enquanto tratados internacionais, vamos avocar apenas o Tratado de Estocolmo, porque o Brasil tem mania de ratificar todos os tratados que dizem respeito a direitos humanos, mas não cumpre nenhum, eu posso falar com categoria.

Com relação aos planos de combate à violência e exploração sexual infanto-juvenil, a própria Deputada está aqui e pode confirmar - a Teté, a Dulce, que deve ter ido tomar um café -, nós estivemos juntas em 98, em Natal, trabalhando a questão do Plano Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

Nós temos notícia de que poucos estados trabalharam o seu Plano Estadual. Como a Deputada disse anteriormente, e eu também disse na Câmara anteontem - o nobre Parlamentar está aqui, o Éden - que participamos desse Plano Estadual também, do municipal jamais ouvimos falar. Entrementes, no ano passado, estando na Prefeitura Municipal de Cuiabá como Assessora da Vice-Prefeita Jacy Proença, esta, sensibilizada diante de várias reportagens no mês de março com relação à exploração sexual, convocou também a Teté, que representa a Deputada, e várias outras pessoas que estão aqui presentes, toda sociedade civil e os órgãos governamentais para uma grande reunião naquele Salão Nobre da Prefeitura, e de lá foi elaborada uma carta, e nessa carta tinha um indicativo de se criar o Comitê Municipal de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, e foi criado, Edilene. Cadê a Edilene? A Secretária Executiva está ali.

Pois bem, a Deputada falou aqui da Vara Especializada Criminal. Esse vai ser um dos objetivos da Comissão da Infância e Juventude no ano que vem, porque este ano, Deputado Humberto Bosaipo, eu não sei, é do conhecimento de todos os Parlamentares, até porque a lei saiu daqui, nós tivemos a lei que criou a Delegacia de Defesa, a 7.755, de 21 de novembro de 2002. Então, o que ocorre? Nós procuramos trabalhar a prevenção, punimos, enquanto sociedade civil e enquanto Estado, todos os adolescentes que cometem ato infracional, através da Especializada e através da Vara da Infância, que está lá para aplicar as medidas sócio-educativas preconizadas no ECA.

Entretanto, o adulto que violenta, que viola todos os direitos inerentes à criança e ao adolescente, que é prioridade absoluta na Constituição Federal, não é passivo de punição. Por que ele não é? Claro que tem o BO, claro que tem o inquérito policial, claro que vai para o Ministério Público e, conseqüentemente, tem o processo, mas onde está este processo? Este processo, que deveria ser prioridade absoluta, cai no meio de milhares de processos que estão nas milhares de varas criminais pelo nosso país afora.

Então, urge que nós unamos nossas forças para que também sensibilizemos o Judiciário a criar, se não criar, pelo menos designar uma das varas criminais para ser especializada na infância e juventude para punir esses adultos que cometem esses atos.

Na verdade, neste mês de maio, e eu disse até para a Dr<sup>a</sup> Dolores, que é a nossa representante da nossa Comissão nesse processo todo este ano, que se eu fosse convidada para falar, a minha fala se resumiria apenas e tão-somente nesse quesito, delegacia de defesa da criança e do adolescente. Porque, Deputado, enquanto nós não punirmos esses adultos que sabem o que fazem e

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

que fazem porque querem fazer, porque são violentos, nós não vamos conseguir erradicar nenhum tipo de agressão contra a criança e adolescente.

Eu gostaria que ficasse na cabeça, na memória de cada um aqui presente para que quando vocês falassem na rua com alguém ou com algum Parlamentar ou com a sociedade civil, é a Lei nº 7.755, de 21 de novembro de 2002. À época, estava na gestão o então Vice-Governador Rogério Sales, e faço questão de dizer porque já se vai muito tempo por aí.

Era só isso que eu tinha para falar. E fica aqui também mais uma vez a nossa indignação com todo esse processo, porque nós batalhamos, nós procuramos correr atrás e vamos a quem de direito e quando as coisas têm que ser operacionalizadas, elas não o são quanto tem que ser. A OAB está às ordens, a Comissão da Infância e Juventude está aí pronta para formar parceria. Inclusive na questão da delegacia de defesa a OAB se comprometeu com a então Secretária-adjunta de Segurança, Dr<sup>a</sup> Thaís Camarinho, de que ela fazia as parcerias com as universidades para que fossem para lá os acadêmicos da área de Direito, Psicologia e Sociologia para trabalhar essas questões da violência contra a criança e adolescência. A OAB vocês sabem onde fica. O telefone é 3613-0900. Nós estamos às ordens para qualquer parceria, para briga, para dar enfrentamento, que é para isso que estamos aqui na terra. E a minha homenagem ao meu neto, Alan Guilherme da Costa Ribeiro. Muito obrigada. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir a Dr<sup>a</sup> Silvana Corrêa Viana, neste ato também representando o Dr. Paulo Prado, ilustre Procurador-Geral de Justiça.

A SR<sup>a</sup> SILVANA CORRÊA VIANA - Bom-dia a todos e a todas as presentes.

Cumprimento todos os presentes na pessoa do Deputado Humberto Bosaipo e quero parabenizar esta Casa por essa iniciativa, porque é uma coisa bastante importante o envolvimento da Assembléia Legislativa em todas as questões de crianças e adolescentes no nosso Estado.

Eu, enquanto estava ouvindo os discursos muito bem elaborados pelas Deputadas, pela Benedita Rosarinha, quero em primeiro lugar dizer o que está sendo feito pelo Ministério Público Estadual. Nós todos temos procurado, dentro das nossas atribuições, fazer o melhor possível para atendermos as nossas crianças e adolescentes.

Em primeiro lugar, tratando do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, desde que começou no Governo Federal o disque-denúncia contra a exploração sexual, o Ministério Público, não só de Mato Grosso, mas do país inteiro tem sido um parceiro efetivo no recebimento dessas denúncias.

Nós tivemos, recentemente, uma reunião em Brasília, para que fosse agilizado esse atendimento, porque as pessoas têm ligado, têm feito as comunicações e, infelizmente, muitas vezes isso não tem sido efetivado o real atendimento a essa vítima.

Então, é lógico que há uma série de razões do porque não chega essa prestação desse atendimento. Então, eu gostaria de esclarecer a todos como tem funcionado o disque-denúncia nacional e como tem sido feita essa parceria com o Ministério Público. O disque-denúncia nacional recebe do país inteiro todas as denúncias de abuso e exploração sexual. Eles estão repassando para os Ministérios Públicos Estaduais, através das corregedorias e dos CAOPs todas essas denúncias. Essas denúncias são recebidas em âmbito estadual e repassadas aos Promotores de Justiça de cada uma dessas comarcas. E os Promotores de Justiça estão encarregados de acompanhar proteção e investigação criminal. Esse sistema tem demonstrado certa lentidão e um grande problema. Nós não

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

temos como agir, nós, Ministério Público, se não houver rede de atendimento nos municípios. Não há condições de prestarmos atendimentos.

Então, a função do Ministério Público é receber a denúncia, acompanhar, punir ou fazer o possível para que seja punido o agressor e colocar essa vítima em situação de proteção. Se não houver condições para isso, o Ministério Público não tem como agir. Para agilizar, nós estamos agora assinando um novo convênio com o Governo Federal, com a Secretaria Nacional, para que essas denúncias sejam, de forma acelerada, encaminhadas diretamente para os Promotores de plantão das Comarcas. Nós do Ministério Público temos um plantão permanente de 24 horas em todas as Comarcas do Estado.

Então, a qualquer momento, havendo uma denúncia grave, imediatamente, o disque denúncia nacional contata diretamente, não mais via Corregedoria do Ministério Público, o Promotor da Comarca, para que ele tome as providências. Uma das coisas que nós precisamos, e inclusive queremos realmente a pareceria dessa causa, é justamente a capacitação dos Conselhos Tutelares, como nós temos visto o valoroso trabalho da Polícia Rodoviária Federal. Nós ficamos, muitas vezes, sem condições de ação se nós não temos um Conselho Tutelar atuante ou com condições de atuar no município. O policial recebe ou nós recebemos a denúncia, e quem tem de fazer a primeira parte, a investigação, ir e buscar, é o Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar é de suma importância para a proteção de crianças e adolescentes. Se nós não pensarmos, Deputado, numa ação conjunta imediata para capacitação contínua desse Conselho Tutelar e aparelhamento do Conselho Tutelar, nós não temos como dar um atendimento imediato a essas denúncias, a essas crianças e adolescentes, não só vítimas de violência sexual, mas vítimas de todo tipo de violência e negligência. Uma coisa extremamente importante, é a conscientização dos conselhos de direito. Há uma necessidade muito grande da participação dos conselhos de direito junto com as câmaras municipais, junto com a Assembléia Legislativa. É extremamente importante o fortalecimento do conselho estadual. E quando eu falo em fortalecimento, eu falo em verbas, porque sem dinheiro, sem destinação de verbas, não há condições de se fazer nada (PALMAS).

Procurador-Geral, Corregedor e Presidente do Conselho Estadual, eu sou representante do Centro de Apoio da Infância em todo o Estado, e não há condições de se fazer uma ação de mobilizar a sociedade, de mobilizar os conselhos municipais para que eles participem mais ativamente. Então é de preciosa importância a participação da Assembléia Legislativa.

Como foi dito pela Dr<sup>a</sup> Rosarinha e também pela Thelma, eu vejo que é de absoluta necessidade, tanto a criação ou a especialização de uma Vara de atendimento às vítimas, quando a vítima é uma criança ou um adolescente.

Então, por que o que tem acontecido na nossa prática? Os processos ficam juntos aos demais processos e não é dada uma celeridade maior para que esse culpado seja punido.

E nós temos visto na nossa atuação profissional que muitas vezes o acusado é processado, é preso. Pela demora, ele acaba sendo muitas vezes liberado, a vítima volta atrás em seu depoimento, porque ela é pressionada pela própria família e pelas pessoas a fazerem isso e, muitas vezes, perde-se as provas tão importantes para o Poder Judiciário.

É muito difícil você conseguir a condenação, às vezes, quando perde as testemunhas, quando perde os vínculos de prova. E nós só conseguimos uma efetiva atuação da justiça, se ela for célere. E para dar essa celeridade, seria realmente muito importante ou uma Vara privativa para que atendessemos os crimes, onde são vítimas crianças e adolescentes, não só vítimas de abuso sexual, mas quando ela é vítima em qualquer outra circunstância, ou tivesse alguma especialização desse Juiz.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Uma outra coisa que eu até gostaria, e até é uma meia culpa tanto do Ministério Público e do Poder Judiciário, é que, infelizmente, tanto no Judiciário como no Ministério Público poucos são aqueles que realmente levantam a bandeira da criança e do adolescente. Não é prioridade, infelizmente, criança e adolescente dentro dos poderes, nem do Legislativo e nem do Judiciário.

Se nós não mudarmos os poucos que realmente tem essa noção da importância de protegermos as crianças e os adolescentes, nós não vamos conseguir colocar nunca o que a Constituição coloca de que criança e adolescente tem que ser prioridade. E eu acho que cabe a nós que estamos aqui: a sociedade civil organizada; os Parlamentares que estão abraçando essa frente; parte do Ministério Público; e parte do Poder Judiciário que realmente está sensibilizado com isso, mudar a realidade das nossas crianças, porque se nós não nos unirmos... Acho que é uma coisa extremamente importante atuarmos em rede. A rede não é só de atendimento. A rede é de todos nós que temos a noção de que temos que mudar essa realidade do dia-a-dia, da nossa criança, do nosso adolescente. Acho que todos nós, dentro das nossas instituições, temos muitas pessoas valorosas e muito com vontade de mudar esta realidade dentro do nosso Estado.

Então, que seria de extrema importância a instalação da Delegacia de Direito e Defesa do Adolescente que me parece já estava em fase de instalação e eu não sei o porquê até o momento ela não foi instalada. Inclusive já havia toda a programação para ser instalada lá no Complexo Pomeri e já tem anos de planejamento dessa instalação e até o momento ela não foi efetivada. Então, realmente eu creio que todos nós juntos podemos fazer um trabalho bastante efetivo para a criança e o adolescente. Nós, do Ministério Público, estamos dispostos tanto na área criminal, que é o combate à responsabilização do agressor como também os promotores de infância, a qual faço parte, que é de proteção à criança e ao adolescente. Muito obrigada. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós queremos agradecer a presença do Prefeito Edir, que é o nosso Prefeito de Porto Alegre do Norte, que está aqui conosco.

Vamos ouvir o Dr. Ricardo Siqueira, Secretário Municipal de Defesa e Cidadania de Cuiabá.

O SR. RICARDO SIQUEIRA - Deputado Humberto Bosaipo, que através de Vossa Excelência, eu cumprimento a todos os demais membros da Mesa, senhores presentes.

A Prefeitura Municipal de Cuiabá, através da Secretaria de Defesa e Cidadania, mantém o compromisso de implementar políticas públicas efetivas, no sentido de dar seqüência, dar continuidade das medidas socioeducativas, através de convênios com os diversos órgãos. E através dessas medidas, nós também estamos colocando à disposição todo o aparato municipal que dispomos para que possamos, através dessas medidas já implementadas, dar combate efetivo a essa questão tão preocupante, que é o abuso sexual das crianças e dos adolescentes.

Então, neste momento, nós queremos saudar, cumprimentar pela feliz iniciativa de todos os senhores, principalmente aqui da Polícia Rodoviária Federal, e dizer que estamos à disposição e queremos participar dessa campanha muito significativa.

Muito obrigado pelo convite e, mais uma vez, estamos à disposição dos senhores para o que estiver ao nosso alcance.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir o Inspetor Fernando, da Polícia Rodoviária Federal.

O SR. FERNANDO - Bom-dia a todos e a todas!

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Perdoe-me pela afonia. Quero agradecer a Deus, inicialmente, por este momento especial, parabenizar a iniciativa do Deputado Humberto Bosaipo e já fazer uma observação a sua iniciativa de estar envidando esforços para a consecução daquele evento ontem na praça, que ajudou também.

Em nome da Deputada Verinha Araújo, cumprimento as demais autoridades da Mesa; em nome do nosso Presidente da Associação dos Policiais Rodoviários Federais Evangélicos, Átila dos Passos Calonga, cumprimento toda a platéia.

Quero dizer que a Polícia Rodoviária Federal vem demonstrando, ao longo dos seus 78 anos de história e de bons e relevantes serviços prestados à sociedade brasileira, interesse, vocação e determinação em estar orientando, prevenindo e combatendo toda e qualquer manifestação de violência ou criminalidade que possa atentar, agredir o meio social.

Nesse sentido, essa vertente da exploração sexual de crianças e adolescentes transcende os limites da razão e da lógica humana, porque quando se trata, Deputada Verinha Araújo, de crianças, nós estamos falando daquele patrimônio mais nobre que nós temos que irão legar aquilo que nós fizemos durante a nossa passagem terráquea que é muito breve. Enquanto nós não nos conscientizarmos de que é preciso transmutar os nossos discursos e até sairmos daquela cultura dos grandes eventos, que é tão praticada em nosso País, e atentarmos para a aplicabilidade das ações práticas, seguramente, nós estaremos caminhando no terreno da mediocridade e da estagnação.

Eu quero fazer uma observação de que ao longo de vários decênios da nossa história, aliás, ao longo de toda a nossa história, é visível o descaso do poder público no sentido de estar incrementando os órgãos que são responsáveis pela manutenção e a consecução da ordem pública, da segurança e da realização, por conseguinte, do bem comum. Não é este Governo que é o responsável. É preciso dizer que, ao longo de muitos anos, na história, enquanto o espectro da criminalidade, Deputado Humberto Bosaipo, vem apresentando uma dinâmica modernizante a cada dia, os órgãos e as entidades que compõem a estrutura de segurança neste País perdem em recursos humanos, financeiros e tecnológicos. E para nós vencermos efetivamente essa descontinuidade administrativa e essa fragmentação das idéias, é impar, necessário, fundamental, que nós tenhamos, que nós possamos produzir essas energias, como se verifica aqui, nós verificamos desde ontem como citou a Deputada Verinha Araújo, ali na praça, saindo tão-somente do discurso, mas indo para a prática, que nós vamos pavimentar a via que vai nos levar efetivamente ao bem comum e a uma sociedade mais justa, mas igualitária e mais fraterna.

Nós temos, inclusive, uma proposta. Nós comentávamos, eu e o Presidente da Associação, que a Frente Parlamentar, os organismos que se interessam, a partir dessa programação, dessa tão grande campanha que foi instituída, frise-se, no âmbito do Ministério da Justiça, do Governo Federal, e a Polícia Rodoviária Federal tem sido protagonista, assim como o Ministério Público, são parceiros naturais, Conselhos Tutelares, nós estaremos sugerindo aos doutos Parlamentares e representantes das mais diversas entidades e órgãos que aqui estão, que se faça uma proposta junto ao DENATRAN, junto ao Conselho Educativo e às Câmaras Temáticas, que discutem a problemática do trânsito, que se insira na grade ou na carga horária, mais especificamente daqueles que vão tirar a sua primeira CNH e daqueles que vão revalidá-la, que seja incluída nessa grade, nessa carga horária, doutora do Ministério Público, uma parcela de horas, ou uma hora que seja de aula sobre o tema Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, que se tem verificado, constatado, ao longo das rodovias, não só nos ambientes metropolitanos, mas ao longo das rodovias também se têm constatado inúmeras zonas, focos desse problema, zonas de risco.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

A Polícia Rodoviária Federal, através do seu serviço de inteligência fez um mapeamento em todo Estado e identificamos e já fizemos, inclusive, junto com o Ministério Público e vários outros órgãos ações operacionais específicas, fizemos ações também de conscientização, nós temos a ANPRF que já distribuiu para caminhoneiros, para transportadores de cargas, para condutores de veículos, veículos ao longo das BRs, das rodovias federais, trezentos mil exemplares de Minibíblias, contendo não só versículos extraídos da Bíblia Sagrada, direcionados a usuário da rodovia federal, no sentido de estar, com isso, minimizando, inclusive, focos de tensão e irritabilidade que muitas vezes, no mais das vezes, é revelados por esse segmento que, muitas vezes, passam meses distantes das suas famílias, que são sobremodo fragilizados por essa falta de afetividade. E a Polícia Rodoviária Federal, quando realmente anjos com uniformes, tem ido até as cabines desses caminhões e desses veículos e entregado um desses exemplares como forma (PALMAS) de minimizarmos isso.

É importante que se diga, também, que essa associação tem feito esse trabalho, Teté, de forma extraordinária. Ou seja, é fora do nosso ambiente de trabalho, inclusive a associação. A Polícia Rodoviária Federal, lógico, na sua atribuição e na sua missão institucional e constitucional, mais a associação, fazem nos momentos de folga. Nós fazemos isso quando estamos de folga, indo até em outros estados do País, entregamos com mais essas 60 mil, Presidente, em torno de 360 mil exemplares dessas minibíblias, que contêm regras básicas para circulação do trânsito, sugestões para denúncias, no caso específico do combate à exploração sexual infanto-juvenil. Isso revela, indubitavelmente, que a associação, que a Polícia Rodoviária Federal tem se mantido um instrumento eficaz, eficiente na busca e na direção da concepção da segurança pública, com todas as dificuldades que nós encontramos, e sabemos existir tanto na administração direta, indireta, em todas as áreas governamentais. Já dissemos ontem na Audiência, é um País em desenvolvimento, demanda toda ordem de recurso, mas nós temos visto o Governo Federal implementar ações que estão fazendo frente e atendendo, ainda que se não o possível na totalidade, mas em grande parte essa demanda tão cruel que existe aí, hoje, em relação às nossas crianças.

Então, nos colocamos à disposição. Vamos continuar combatendo, prevenindo e orientando as manifestações de criminalidade nas rodovias para garantir à sociedade um clima de paz, segurança e tranqüilidade. Estamos já com as nossas ações, abandonando a cultura só dos grandes eventos. Estamos partindo para as ações práticas. Sabemos que é isso, aliado a essa sinergia, que nós iremos produzir entre esses órgãos interessados, a sociedade civil organizada, todas as entidades, ombreando, ladeando, cerrando fileiras, é que vamos efetivamente demarcar essa direção à segurança Pública e à paz social. E para isso nós nos despimos de quaisquer vaidade institucional, já fomos vacinados com esse antídoto, nós entendemos que só mesmo essa união e essa concentração de esforços é que vai permitir que produzamos a argamassa institucional necessária que vai pavimentar, efetivamente, essa via.

Deus abençoe a todos! Muito obrigado! (PALMAS).

O SR PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir a Sr<sup>a</sup> Terezina Arruda, Coordenadora do Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e Exploração Sexual da Criança e Adolescente.

A SR<sup>a</sup> TEREZINA ARRUDA - Bom-dia a todos e a todas!

Quebrando um pouco o protocolo, eu gostaria de cumprimentar essa seleta Mesa, em nome da Deputada Thelma de Oliveira, do Deputado Humberto Bosaipo e da Deputada Verinha Araújo. E o público aqui presente, eu gostaria de cumprimentar em nome do programa Sentinela que se faz presente aqui nesta manhã.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

---

Antes de iniciar a minha fala, eu vou fazer uma brincadeira, Deputada Verinha Araújo. O meu companheiro de bocaiúva, de chupar bocaiúva, falou para mim assim: “Você vai falar com ou sem bocaiúva?”. Eu falei: Vou falar com bocaiúva! A bocaiúva é uma fruta maravilhosa, a mais gostosa aqui do Estado de Mato Grosso, da cidade mais linda deste país que se chama Poconé. E, para completar, ele disse uma coisa assim, muito interessante e que eu havia conversado com a Dulce, no carro. Eu disse para ele que eu já mudei a minha fala trezentas vezes aqui na mesa de tanto ouvir um e ouvir outro. Eu já estava ansiosa para falar, para que ficasse: “Passei nesse teste, passei nessa prova!”. E uma coisa que me chamou a atenção, que o companheiro aqui do Conselho Tutelar falou, ele olhou para todo mundo aqui na Mesa, olhou para vocês, o público e disse assim para mim: “Figurinha repetida!”. Aí, eu disse para ele: “Nós estamos na época da Copa, então, nós temos que repetir figurinha mesmo!”

E aí, eu lembrei de uma conversa que tive com a Dulce, e falei para ela que eu, hoje, queria me lembrar um pouco uma pessoa muito especial, quando estivemos reunidos no I Encontro do ECPAT Brasil. ECPAT é uma organização internacional que existe em todos os organismos internacionais, em todos os países, que discute a questão do tráfico de crianças e adolescentes, discute a questão da exploração sexual e discute principalmente a questão da pornografia. E, no Brasil, a ECPAT, naquela época, em 98, era coordenado pela Defensora Pública Hélia Barbosa. Então, eu comecei listar quais eram as pessoas que se faziam presentes na luta contra a questão da criança e do adolescente, especificamente no enfrentamento à exploração sexual no Brasil, no Estado de Mato Grosso e na região Centro-Oeste. E aí, realmente, são figuras repetidas, Deputadas, porque nós estamos sempre vendo... Aí me lembrei de uma pessoa muito especial, que sempre foi a minha inspiração enquanto militância, que se chama Márcia Daglimão, uma pessoa que já foi embora do nosso meio, mas era uma pessoa que tinha uma luta muito linda com o Coletivo Mulher, do Recife, e ela trabalhava especificamente com meninas que perdiam os seus sonhos, perdia a sua vontade de viver com 13, 10, 14 anos de idade. E a Márcia, da primeira discussão calorosa que nós tivemos, que era um grande momento, foi em dezembro de 98, o ECPAT foi realizado em Salvador, só lugar bonito.

Naquela reunião tinha vários estudiosos e várias pessoas ali. Ela disse uma coisa: para funcionar a questão da criança e do adolescente, nós precisamos despersonalizar. O que é isso? Porque nós trabalhamos com personalismo, são pessoas que têm um compromisso com a questão da criança e do adolescente, são pessoas que têm a consciência do que é tirar o sonho de uma criança, que sabe o que é ser uma criança abusada sexualmente. Aí me faz lembrar aqui em Mato Grosso, quando nós começamos essa discussão, eu me lembro tão bem, nunca vou me esquecer, foi no Duca's Bar, enquanto a Deputada Thelma de Oliveira, eu era militante do Conselho da Criança e do Adolescente, e ela estava chegando no Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e ela disse: Teté, vamos fazer, depois de uma Audiência Pública nesta Casa, não é neste prédio, é lógico, mas na Assembléia Legislativa. Ela disse o seguinte: “Vamos discutir a questão do trabalho infantil!” Eu disse para ela: Dona Thelma, trabalho infantil é pontual, estão lá as regras, as leis têm que ser cumpridas. Agora, o enfrentamento, a violência, a exploração sexual - eu quero lembrar que o Dr. Euze estava junto nessa conversa e a Professora Graça - vamos discutir a exploração sexual de crianças e adolescentes, nós temos aí um mapeamento que estamos fazendo, estamos tentando mapear a questão da rede de pessoas que aliciam e exploram crianças no nosso Estado. E a Primeira Dama, na época, a Thelma, falou para mim assim: “É complicada essa...” Aí a professora Graça disse outra palavra: “Eu não teria coragem nunca de discutir esse tema, prefiro trabalho infantil.”

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Daí nós saímos, passaram-se alguns meses, a dona Thelma me ligou - eu estava no Rio de Janeiro - para que nós viéssemos a Cuiabá e escrevêssemos esse projeto de pesquisa qualitativa.

E nós estivemos lá, nesse dia, no equípate da Bahia - eu estou contando essa história só para mostrar para vocês o que é personalismo - com a Sonia Levi, Coordenadora da OET, de Projetos e Programas Especiais da OET, assumi compromisso pelo Estado, Deputado Humberto Bosaipo, assumi a criação de um Fórum Estadual de Enfrentamento, assumi ali realizar a pesquisa realmente, assumi ali entrar numa luta de corpo e alma, sem medo de ser feliz e de nunca calar a minha voz, e eu entrei ali falando como uma simples assessora de uma primeira-dama de uma PROSOL, não tinha ligado para ela, eu não tinha celular naquela época, não tinha conversado com ela, e quando cheguei e entrei na sala dela, ela assumiu: Isso é personalismo, a pessoa assumiu porque acredita naquilo que você vai fazer.

O que nós precisamos, Deputado, é que as organizações, as organizações não governamentais, as Assembléias Legislativas, os órgãos de Defensoria, assumam isso não como um momento de Audiência Pública, não como um momento de Semana de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual, mas que nós assumamos isso com desejo do coração, sempre pensando e olhando para as nossas vidas e olhando para aquelas crianças que, de alguma forma, alguém foi lá e tirou o seu sonho.

E eu não tenho medo... A Dulce disse para mim: Cuidado com o que você fala. E eu não tenho medo.

E eu sempre falo, Deputada Verinha, que o dia que a dona Thelma deixar de ser Deputada Federal, no dia 31 de dezembro, eu quero ter a oportunidade de entregar vários dossiês, que eu estou guardando, para as autoridades, para que essas autoridades realmente façam cumprir essa lei, Rosarinha, porque nós temos...

Nós abrimos os jornais todos os dias, é criança que abusada em piscinas de grandes prédios, é criança que é abusada sexualmente nas ruas de Cuiabá, é rede de prostituição que existe em bairros, nós sabemos até a rua onde que é, todas essas ações nós temos visto. Não basta ter uma Polícia Federal comprometida, nós temos que ter todas as organizações comprometidas, o Legislativo, o Executivo, o povo, o Judiciário, todas as organizações. E uma coisa mais importante, que não façamos isso por pressão, mas que façamos lembrando sempre que tem uma criança que foi tirado o seu sonho, e vocês não têm idéia do que seja isso, é só trabalhando, estando ali no dia-a-dia, ou sendo vítima dessa situação, para que nós possamos ter esse compromisso.

E eu gostaria de encerrar a minha fala dizendo que eu parabeno a PRF pelo trabalho que fortaleceu. E aí eu quero pedir desculpas ao companheiro Carlão, ao companheiro Beto, a todas as pessoas aqui. Se não fosse, Deputada Thelma de Oliveira, Deputada Verinha Araújo, Deputado Humberto Bosaipo, Dr<sup>a</sup> Silvana, Fernando e Rosarinha, a PRF e a Secretaria Municipal de Assistência Social de Várzea Grande, a equipe de Várzea Grande, nós não teríamos o que tivemos, ontem. Nós passaríamos o dia 18 de maio sem fazer um só gesto de protesto.

Porque o comitê municipal, para encerrar de uma vez a minha fala, fez plano, tem dotação orçamentária, Vereador Éden, fez tudo isso, mas quando chega na ponta quem assina o cheque tem que estar sensibilizado (PALMAS). Quem coordena a Mesa, o Secretário tem que estar sensibilizado (PALMAS). Porque não adianta o Beto, a Dolores, a Aldinei, a Teté, a Deputada Thelma de Oliveira, a Deputada Verinha Araújo, outras pessoas que estão aqui, todos estarem envolvidos afetivamente, emocionalmente, comprometidos e comprometidos, se o nosso grande administrador aqui na terra e neste município, que é o nosso Prefeito Wilson Santos, e se o nosso

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Governador Blairo Maggi e sua equipe toda também não tiverem o compromisso com a criança e com o adolescente. Nós estaríamos sempre fazendo sabe o quê, Deputados e Deputadas? Nós estaríamos, numa palavra muito simples, dando murro em ponta de faca ou querendo pregar o prego de cabeça para baixo - essa é nova. Então, nós estaremos estar sempre aqui. E as figurinhas vão estar sempre repetidas. Vão estar sempre lá as mesmas figurinhas. Porque nós somos campeões, hexacampeões, nós somos tudo, como diz o nosso companheiro Presidente Lula, mas cadê as políticas públicas?

Então, gente, eu encerro só com uma frase. Não esqueça que existem pessoas doentes, anormais, tirando o sonho de crianças e adolescentes neste Estado, neste município, e se bom dizer ao nosso lado, pessoas do nosso cotidiano, do nosso dia-a-dia.

Eu agradeço e parabeno esta Casa em nome do Presidente Deputado Humberto Bosaipo, Presidente desta Comissão. Porque senão chega lá na frente... Não é Deputado? Então, quero parabenizar do fundo do coração. Se Vossa Excelência abraçar essa causa, o braço de Deus vai estar lhe segurando, porque Ele é mais poderoso do que qualquer canetão que tenha aqui neste País. E se nós estivermos, realmente, confiantes, a cada dia, nós nunca vamos nos calar, porque nós temos a certeza que tem um ser mais poderoso que vai nos ajudar a reconstituir ou não deixar que essas crianças percam esse sonho. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Antes de devolver a palavra ao Inspetor Fernando, porque ele esqueceu de fazer uma pontuação, eu quero dizer à Mesa, aos presentes, que por iniciativa nossa, eu criei aqui o Parlamento Mirim, que são Deputados Mirins, crianças ainda de 1º Grau que estão desempenhando a função de Deputados Estaduais. São 14 mulheres Deputadas. A maioria, mulheres. Foram escolhidas pelas escolas públicas e privadas, foram votadas. E são 10 homens que já tomaram posse, e estão participando das Comissões Permanentes da Casa com seus assuntos temáticos. Nós estamos fazendo reuniões periódicas, e um dos assuntos que nós trabalhamos dentro do Parlamento Mirim é essa questão da violência sexual. E, quero informar que no próximo mês nós levaremos essas crianças com os professores e os pais à Brasília, para conhecer o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, o Senado e o Palácio Alvorada.

Esse é um trabalho desenvolvido aqui nesta Casa e que tem dado resultados surpreendentes. Um desses Deputados, o Deputado Otávio, de Várzea Grande, da Escola Sarita Baracat - se não me engano - já deu uma palestra para mais de mil estudantes, que a Secretaria Estadual de Educação - SEDUC organizou no Hotel Fazenda.

Nós temos descoberto valores interessantíssimos entre essas crianças e aí é uma formatação de uma escola de líderes. Também criamos o Parlamento Jovem, que a partir do ano que vem vai assumir essas funções os estudantes até o 2º Grau e vamos terminar com o Parlamento Universitário.

Então, esse trabalho está sendo feito e nós consideramos que é um sucesso muito grande.

Passo a palavra ao Inspetor Fernando.

O SR. FERNANDO - Muito rapidamente, quando a Teté disse do interesse de Parlamentares, nós não podemos deixar de salientar o empenho da Senadora Serys, que cancelou a agenda no Ministério, já no finalzinho aqui do prazo que nós tínhamos para fazer aquele evento ontem, foi até à Caixa Econômica Federal conosco, participou de uma audiência, acompanhou a audiência e envidou todos os esforços para que aquele evento ontem fosse realizado.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

---

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Só uma questão de justiça também, Inspetor, nós estivemos com o Inspetor Calonga e outros membros da Polícia Rodoviária Federal, com a Primeira-Dama do Estado, Sr<sup>a</sup> Terezinha Maggi, estivemos também com o Sr. Zé Carlos, Secretário de Comunicação do Estado. Naquela oportunidade, o Calonga, representando a PRF, solicitou apoio na divulgação e parece que foi favorável, o Governo do Estado também nos ajudou. Eu sou testemunha porque fui lá pessoalmente com os membros da polícia. Eu acho que esse envolvimento tem que ser maior mesmo, de todos os órgãos. Nós estamos agendando aqui, até Terezinha, eu falo isso para você agora, um bate-papo aqui na nossa TV, com a Dr<sup>a</sup> Silvana. Nós vamos escolher outro membro para usarmos este espaço aqui. Eu já vou marcar com o diretor de TV na próxima semana para que vocês possam vir aqui e colocar de uma forma bem aberta, com mais tempo, uma hora de debate. Nós já estamos fazendo esse convite aqui oficialmente, e já fiz a Dr<sup>a</sup> Silvana.

Nós vamos também convocar aqui, a pedido da Deputada Verinha Araújo, a Dr<sup>a</sup> Thaís, para que ela possa nos colocar a dificuldade da implantação dessa delegacia, uma vez que foi feita uma promessa de implantação. É a Silvia Regina... Não? Vamos chamar as duas aqui, às vezes precisa do nosso auxílio, precisa de uma ação política, governamental, nós nos colocamos à disposição.

Vamos ouvir o Dr. Francisco Esteves, Presidente do Centro Acadêmico da Faculdade Catedral em Barra do Garças.

O SR. FRANCISCO ESTEVES - Eu quero aqui, com todo carinho, cumprimentar todos os membros desta Mesa, através do nosso grande Deputado Humberto Bosaipe, pessoa muito querida, revelo a todos os senhores, pelos barra-garcenses, a quem eu transmito um abraço antecipadamente, porque eu tenho certeza de que todos gostariam que isso acontecesse.

Parabenizo também o nosso Deputado por essa iniciativa de Audiência Pública, que ele requereu, com o objetivo de discutir exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes.

Embora não seja participante ativo, eu gostaria de dar uma contribuição no sentido de - por experiência de vida, pela idade que tenho - dizer que o desvio da conduta de um ser humano é primordial, é uma coisa que transfere a evolução de uma vida que poderia se tornar grandiosa em uma vida totalmente desqualificada e que desvia totalmente o caminho de um ser humano. Portanto, eu gostaria de comentar que os pais, muitas vezes, são os maiores responsáveis por esse desvio de conduta, quando, às vezes, transferem os seus filhos para estudar no Rio de Janeiro, transferem os seus filhos para a Capital, deixam em casas de parentes, de amigos. Eu falo isso não só no sentido feminino, porque hoje o homossexualismo, no Brasil, está crescendo grandiosamente e isso eu acredito que deve também ser levado em conta, porque o jovem, o adolescente, até os 14 anos, não tem o mínimo conhecimento do seu futuro, dos problemas que poderá acarretar.

Então, eu vejo que uma principal iniciativa seria uma prevenção no sentido do disque-denúncia, no sentido de uma melhor atuação, como está sendo feito aqui, de fazer com que a sociedade tome conhecimento de que está sendo feito um trabalho sério, isso tem proteção da lei amparada pelo Ministério Público. Uma das coisas, inclusive, que mais ampara é a violência presumida, onde o adolescente, com menos de 14 anos, é muito comum as pessoas dizerem: essa garota me convidou para sair ou convidaram uma garota para sair, porque sabe que ela já saiu com outras pessoas. Ela está saindo sem violência, mas a violência é presumida pelo fato de ela não ter conhecimento, não ter discernimento do caminho que ela está tomando. Então, essa pessoa, com idade de compreensão mais adulta, deve respeitar e ser punida por lei caso venha transgredir essa lei.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

A minha contribuição seria nesse sentido do desvio de conduta que eu acho que um homem que poderia ser um Governador, um Presidente da República, um médico, uma outra coisa, e esse desvio de conduta impede que ele consiga um bom emprego, uma boa participação em alguns órgãos pelo fato de ser um homossexual, ou pelo fato de a menina já ser mãe, pelo fato de já ter se prostituído. Então, esse desvio é uma coisa que transforma totalmente a vida do ser humano.

Quero louvar aqui essa atitude. Parabenizo todos os componentes dessa organização e parabenizo o nosso Deputado por ele está abraçando esta causa. Gostaria que um encontro como este fosse realizado em Barra do Garças, através do nosso Deputado, e das Deputadas, e representantes aqui do MP e outros órgãos para que lá nós pudéssemos contribuir com esse trabalho. Eu quero agradecer a todos e parabenizá-lo. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu vou me ausentar por alguns minutos. Eu vou até o outro Plenário, onde tem uma solenidade. Mas volto ainda.

Passo a Presidência para a Deputada Verinha Araújo.

(A SRª DEPUTADA VERINHA ARAÚJO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 11:19 HORAS.)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Quero convidar, para usar da palavra, o Roberto Dias Amorim, Coordenador do Comitê Municipal de Enfrentamento da Exploração e Abuso Sexual de Cuiabá contra Criança e Adolescente.

O SR. ROBERTO DIAS AMORIM - Deputada Verinha Araújo que preside a Mesa, Deputada Federal Thelma de Oliveira, Inspetor Fernando e demais, eu gostaria, em nome do Comitê Municipal, de fazer alguns esclarecimentos, algumas colocações a respeito de algumas pessoas que têm esse sacerdócio, têm essa vocação, têm essa paixão por essa problemática. Eu queria dizer, em tempo ainda, que o Plano Municipal, Deputada Verinha Araújo e Deputada Federal Thelma de Oliveira, já foi refeito, já foi revisado. Foi encaminhado em meados do mês de fevereiro para o Conselho da Criança e do Adolescente, presidido pelo professor Natalício Menezes. Junto com esse Plano Municipal foi encaminhado o Plano Aplicativo. Só para esclarecer, porque a representante da Ordem dos Advogados, eu acho que não atentou para esse detalhe.

Eu gostaria aqui, em nome do Comitê, de agradecer ao Carlos Caetano, que é da ONG Sem Defesa; o Néio, que é do Fórum Estadual; a Aldinéia, da Secretaria de Saúde do Estado... Gostaria que vocês ficassem de pé, por favor!

O Néio, o Carlão, a Aldinéia, a Hellen Cristina Lopes, do Programa Sentinela; a Delegada Sílvia; a Assistente Social Eliane Vitaliano; a minha fonte de inspiração, porque foi ela que me colocou essa bomba atômica aqui, a Dulce Regina Amorim. Eu vou fazer um breve histórico aqui.

Eu, quando cheguei na Secretaria de Assistência Social, na Coordenação de Orçamento, jamais imaginei que existia esse fenômeno, essa problemática. E me deparei com assistentes sociais e muitas delas envolvidas nessa luta e, assim, sem maiores estruturas e sem apoio dos gestores. E o Comitê, através da Dulce, através da Teté, principalmente essas duas bandeiras nessa luta, que já vem há muitos anos, com essa bagagem... Deve ser uns 20 anos por aí, não é, Teté? Eu era o Suplente da Dulce, no ano de 2005, e o Comitê, na realidade, era uma caixinha de papelão com vários documentos que eu assumi, com disquetes antigos, e esse Comitê funcionava assim mesmo. Conseguimos a contratação da esposa do Sr. Túlio, que é a Edilene. A Edilene chegou agora, muito competente, estruturou o Comitê. Hoje, a parte administrativa, a parte de comunicação é com ela. E o Comitê, hoje, Deputada Federal e Deputada Verinha Araújo, se encontra no Programa Sentinela. Nós conseguimos um espaço lá, diminuto mesmo, uma falta de estrutura total, o Programa Sentinela funciona no Centro de Cuiabá, na Floriano Peixoto, nº 265, e nós já realizamos algumas

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

ações. E vou enumerar algumas delas aqui, que por conta do carnaval nós realizamos uma *blitz* sem estrutura nenhuma, sem água, sem nada, e juntos com a Polícia Rodoviária Estadual conseguimos distribuir mais de cinco mil cartilhas, na época, com vários pólos aqui em Cuiabá.

Tivemos o primeiro seminário no dia 20 do mês passado, na Secretaria de Educação, onde tivemos um público seletivo de aproximadamente cento oitenta pessoas, de entidades representativas mesmo, onde foram tiradas algumas ações, algumas metas decorrentes do plano municipal. E, por conseqüente, as audiências públicas na Câmara, que a gente quer aqui, através do Comitê, agradecer o Vereador Éden Capistrano. Vereador, nós ficamos muito satisfeito, muito contente com o Requerimento que Vossa Excelência colocou à disposição do Comitê, e aqui o Dr. Euze de Carvalho, a quem eu tenho uma profunda admiração pelo seu trabalho, ele estava desenvolvendo na Secretaria de Saúde e hoje se encontra adjunto da Secretaria de Assistência Social...

A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Solicito ao Deputado Humberto Bosaipo que reassuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 11:25 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Continua com a palavra, o Sr. Roberto Dias de Amorim.

O SR. ROBERTO DIAS DE AMORIM - Ele já colocou, Deputada Verinha Araújo, Deputada Federal Thelma de Oliveira, no que delimita, porque a Secretaria Adjunta tem algumas prerrogativas também, não é Secretário? E já colocou à disposição a Secretaria de Assistência Social.

Eu quero fazer um apelo aqui em função do que temos passado a respeito dessa falta de estrutura, se fala, se discursa e a gente está com o problema do orçamento. Não existe orçamento em nível de Município de Cuiabá, em nível de Estado e em nível de Governo Federal também. Em nível de Município, eu não posso nem citar números aqui porque é vergonhoso, é ínfima a coisa, mas acontece que já é um começo; em nível do Estado eu acho que não existe... Exatamente, através dos convênios. Então, eu gostaria aqui, de antemão, que fosse cobrado das autoridades, que cobrassem dos gestores, principalmente dos gestores que têm esse orçamento, principalmente da Secretaria que eu trabalho, Secretaria de Assistência, o orçamento já foi aprovado pelo Conselho da Criança, mas, infelizmente, o Secretário entendeu de não colocar em prática isso, e nós temos passado situações, aqui, para realizar esses encontros e essas ações, ter que tirar dinheiro do próprio bolso para efetivar determinadas ações.

É um descaso, infelizmente. Eu falo isso, apesar de estar em confiança, mas nós temos que falar a verdade, realmente, se queremos uma política de aplicabilidade, de seriedade, de responsabilidade e compromisso. Nós não fazemos nada sem essa estrutura. Eu quero deixar aqui o meu desagrado, a minha mágoa com relação a isso.

E quero agradecer, Deputado Humberto Bosaipo, em nome do Comitê Municipal, essa oportunidade e agradecemos também pelo convite de ocupar o espaço.

Em nome do Carlão e das pessoas que eu citei aqui, desde já o meu agradecimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir o Vereador Éden Capistrano.

O SR. ÉDEN CAPISTRANO - Gostaria de cumprimentar, nesta manhã, o autor do Requerimento desta Audiência Pública, Deputado Humberto Bosaipo, na qual fiz questão de vir

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

participar, no sentido da importância que ela tem para a nossa sociedade e em função do conhecimento que estou tendo, do aprendizado que estou tendo nessa área social.

Por isso estou aqui para que possamos aprender um pouco mais, porque vejo que é uma área em que nós temos que trabalhar e atuar com o coração, com a paixão. Então, por isso há necessidade desse entendimento.

Parabenizo Vossa Excelência pela iniciativa desta Audiência Pública.

Gostaria de cumprimentar todas as mulheres aqui presentes na pessoa da Deputada Federal Thelma de Oliveira, da qual ouvi um dia, não pessoalmente, mas numa entrevista, de que tudo faria em prol das crianças, já que do seu ventre não gerou nenhum filho, mas do seu coração seriam gerados muitos. Então, na presença da Deputada Thelma, eu parabenizo todas as mulheres que aqui se encontram.

Gostaria de estar falando, Deputado Humberto Bosaipo, um pouco sobre a Audiência que nós tivemos ali na Câmara Municipal, que foi muito proveitosa, e também do que foi falado ali.

O conhecimento que nós tínhamos, e digo até eu, Éden, enquanto Vereador, no terceiro mandato, quando se fala, muitas vezes, em Conselho Tutelar, a primeira preocupação que vem na cabeça de muitas pessoas é: Conselho Tutelar é feito para pessoas, muitas vezes, que não tem o que fazer. Conselho Tutelar, muitas vezes, é para pessoas que estão ali querendo mostrar algum serviço, já que não tiveram espaço na sociedade. Muitas vezes, essa raiz, esse bloqueio tem dificultado algo tão espetacular que realmente é o trabalho do Conselho Tutelar, ao qual, hoje, o Município de Cuiabá está acéfalo. Nós tivemos conhecimento, ontem, de que tem 6 meses que o Conselho Tutelar está sem Presidente, desde que saiu o Sr. Natalício Menezes. Eu vi a luta do Natalício Menezes com o seu sacerdócio, praticamente trabalhando lá 24 horas. Muitas vezes, sem ter recurso, sem ter condição financeira nenhuma. Daí, hoje, a razão de estarmos aqui, tentando criar a Frente Parlamentar do Município de Cuiabá, Deputada Verinha Araújo, Deputada Thelma de Oliveira. Nós vamos tentar montar na Câmara Municipal de Cuiabá a Frente Parlamentar do Município de Cuiabá, já com a participação do Mário Lúcio que também quer participar dessa Frente Parlamentar.

Então, há uma necessidade urgente de que a sociedade tenha conhecimento da importância que tem o Conselho Tutelar para a sociedade do País. Essa transformação dessa visão tem que ser mudada para que nós possamos, verdadeiramente, saber da importância social que existe dentro do Conselho Tutelar do Município de Cuiabá.

Eu ouvi aqui - eu acho que foi a Dr<sup>a</sup> Rosarinha, da OAB -, comentários sobre a questão operacional. É muito sério. Eu debati, antes de ontem, na Câmara e no Plenário a questão operacional tanto do Governo federal, como estadual e municipal. E ela é complicada. Por quê? Porque se subentende o seguinte: quando se criam os programas, por exemplo, Programa Sentinela, o Governo federal tem uma participação com o seu valor fixo no Programa em termos financeiros, mas exige um co-financiamento do Governo estadual e um co-financiamento do Governo municipal. E é aí que está o grande problema, porque não está havendo essa sintonia dos Governos. E quando não há sintonia dos Governos que detêm o Poder, lá no final, quando vai ser executado, essa execução é precária. A confusão está, exatamente, nesse co-financiamento, na participação dos Governos, porque o que se subentende-se é que vem o financiamento, vem o dinheiro federal, mas o Governo estadual participa não é só na execução. Os Governos estadual e municipal têm de participar, também, financeiramente, porque se não há essa participação, Deputado Humberto Bosaipo e Deputada Verinha Araújo, se não há essa participação financeira do Governo Estadual,

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

fica essa defasagem. O Governo federal acredita que o programa está sendo executado na sua totalidade, em 100%, mas, na prática, quando desencadeia, não está sendo executado em 100%. E por que não está sendo executado 100%? Por falta, exatamente, dessa outra aplicação em nível estadual e em nível municipal.

Nós, hoje, depois da audiência, fizemos questão de nos reunir com o Secretário Edivá. Reunimo-nos com ele, praticamente, quase duas horas, conversando sobre essa participação do Governo municipal. Ele nos explicou a sua participação em vários programas, mas nós queremos entender muito mais da participação não só do município, mas também em nível de Governo estadual. E eu passo aqui a incumbência ao Deputado Humberto Bosaipo e à Deputada Verinha Araújo, com certeza, nessa questão de não só fiscalizar, mas cobrar do Governo a sua participação financeira nesses programas, para que lá na base, lá no final, a execução possa ser de 100%.

É lamentável ouvirmos aqui das pessoas que fizeram ontem um ato público para chamar a atenção da sociedade a falta desse apoio, porque eu acho que, quando os detentores públicos têm na sua mão a autonomia para que realmente possam estar ali determinando valores para que se chame a atenção da sociedade, é importante, sim, a participação do Governo num momento tão decisivo que nós estamos passando.

A Dr<sup>a</sup> Silvana relatou aqui que são poucas as pessoas que trabalham no âmbito legislativo ou executivo, seja ele federal, estadual ou municipal, trabalhando com a criança e o adolescente. Que pena! Que pena, porque deveria ser o foco principal, porque se nós queremos ter um futuro brilhante, nós temos que começar de onde? Das crianças!

Fala muito o Governo Lula, nesses últimos dias, na questão da educação relacionada com a violência de São Paulo. Tudo bem! A violência, realmente, começa por onde? Pela Educação! Mas é preciso, cada vez mais, notar que a educação não é só a questão da escola, mas que as crianças, verdadeiramente, os seus direitos saiam do papel constitucionalmente e venham para a prática. É aquilo que nós esperamos. Há uma necessidade urgente dessa união, e não ficar brigando um poder contra o outro. É lamentável quando a criança está em jogo, na questão da sua sexualidade, da sua preservação, da sua ética, da questão física, social e, de repente, os Poderes brigando para ver para quem vai a ação, a quem compete ação. A cada um que compete, que seja realmente aplicado, sem puxar para si a questão política. O mais importante é salvar e resguardar as crianças.

Uma adolescente não é estória é uma história real. Uma adolescente conheceu um rapaz que veio com fala mansa, muito bonita nos seus ouvidos e, de repente, aquela adolescente ficou apaixonada por aquele rapaz, e teve um filho com esse rapaz. Aquele adolescente não tinha condições de assumir aquele filho, e aquela garota, ainda adolescente, assumiu o filho para si. Mas ela só não tinha condições. Então toda a família resolveu a assumir aquele filho, e esse filho tem hoje um ano e seis meses. E essa mesma adolescente conheceu um rapaz pela *internet*. Outro rapaz, pela *internet*, com fala mansa, coisas lindas e bonitas, e, numa tarde, três horas da tarde, ela fez a sua mãe dormir, colocou o travesseiro, fez o seu filho dormir, pegou a sua roupa e se mandou. Deixou ali o filho e a família. É tráfico de drogas! É tráfico de órgãos! É tráfico de prostituição! Isso acontece debaixo do nosso nariz. Eu estou dizendo isso para vocês, porque isso aconteceu na nossa família. Daí a importância de que eu possa aprender mais, atuar mais, querer saber mais e poder fazer um pouco mais.

As coisas, muitas vezes, a gente acha que acontecem muito distantes da gente, mas elas estão acontecendo bem debaixo do nosso nariz.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Então, há sim uma necessidade urgente. Que os homens se dispam do seu poder de autoridade, e que se unam com espírito, de coração, que é o que manda Deus sobre cada um de nós. Que nós possamos unir nossas forças cada vez mais em prol daqueles que estão sofrendo, muitas vezes sem saber por onde estão entrando nesse caminho, muitas vezes, sem volta.

Que Deus nos abençoe e que possamos, cada vez mais, ter compaixão e fazer com o coração esse trabalho de sacerdócio maravilhoso.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós temos mais quatro inscrições e vamos dar o tempo de três minutos, porque o horário da audiência pública está um pouco avançado.

Todas essas falas estão sendo registradas por nossa Taquigrafia. Nós vamos tirar daqui um documento e as principais sugestões dos palestrantes.

Vamos ouvir agora o Sr. Natalício Menezes, articulador municipal do Programa Prefeito Amigo da Criança, da Prefeitura de Cuiabá.

O SR. NATÁLICIO MENEZES - Bom-dia a todos e a todas!

Cumprimento a Mesa, em nome do Deputado Humberto Bosaipe e da Deputada Federal Thelma de Oliveira. Sintam-se todos cumprimentados.

Nós estivemos presidindo o Conselho da Criança de Cuiabá até o dia 28 de março de 2006. Foi um ano a nossa gestão. Durante esse período desenvolvemos algumas ações no município para tentar minimizar a situação da criança e adolescente em Cuiabá, tanto as vítimas de violência, quanto aqueles que praticam violência e aqueles que têm os seus direitos violados. Felizmente, muita coisa aconteceu, mas tem muito para se fazer ainda, falta muito. Nós temos que cobrar muito, porque o Conselho é um órgão de controle social, é um órgão que vai elaborar diretrizes no município, mas nada adianta se nós não cobrarmos e não tivermos efetivamente a participação do gestor público.

Nós podemos elencar, brevemente, algumas ações. Nós elaboramos as diretrizes de atenção integral à infância e adolescência 2005/2008. O município não tinha um plano. Então, elaboramos. Foram sete eixos: educação, cultura, desporto e lazer, proteção especial, mecanismo de exigibilidade de direito. Depois, o Prefeito decidiu aderir ao Programa Prefeito Amigo da Criança, que é da Fundação ABRINQ, que tem alguns eixos também. Tem o eixo da vida saudável, que é da saúde, educação de qualidade, proteção contra maus-tratos e fortalecimento dos Conselhos.

Então, nós temos algumas metas e desafios para cumprir até 2008 no Município de Cuiabá.

Com relação ao fortalecimento dos Conselhos, o Conselho do Centro ganhou uma sede nova, o Conselho do Coxipó também, tivemos a implantação do Conselho do Pedra 90, que era um sonho de alguns anos aqui em Cuiabá, a sede nova do Conselho do Planalto, mas as sedes são novas, veículos novos, mas ainda faltam os equipamentos, porque os computadores que estão lá são da época ainda que a Deputada Federal estava à frente da PROSOL, junto com a Teté, os computadores são do ano de 2001, que foram doados pela PROSOL, os equipamentos estão já obsoletos, alguns já nem tem mais o computador, não tem a impressora, faltam os móveis e utensílios. Então, nós temos que fortalecer o Conselho Tutelar para dar um atendimento, que ele está lá na base, lá na ponta.

Então, nós cobramos isso lá na Audiência Pública e cobramos mais uma vez do Dr. Euze que está presente, porque é o nosso papel como conselheiro de direito, como operador de direito da criança e adolescente é fazer essas cobranças para sensibilizar aí o gestor público.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

---

Realizamos, em Cuiabá, o Orçamento Criança. Em uma Audiência Pública, no mês de setembro passado, requerida pelo Vereador Éden, na Câmara de Vereadores, debatemos o Orçamento Criança. Foi o primeiro município do País, que hoje serve de modelo para os demais. Mas não adianta estar lá na Internet, bonito o Orçamento Criança, tudo o que vai ser investido na área da criança, previsão, se também, como bem disse o Beto, não sair do papel. Então, são 132 milhões previstos na área da educação, saúde, assistência social e outras áreas, defesa e cidadania, Secretaria da qual também faço parte, se só ficar previsto. Então, tem que realmente ocorrer de fato.

Em nosso trabalho, ainda falta alguma coisa para ser cumprida. Por exemplo, nós cobramos sempre um sistema integrado de gestão de ação social, que o município não tem, o Estado não tem. Então, hoje, não sabemos o perfil da nossa clientela. Como que nós vamos formular uma política se nós não sabemos o perfil de quem é atendido no Sentinela, no Siminino, no Agente Jovem, no PET, no PAIF. E a questão do co-financiamento que foi muito bem falado aqui pelo Vereador, até fica a nossa cobrança. Aqui tinha uma representante do Estado que chegou já no meio da Audiência Pública - e também não sabemos o motivo, motivo dela particular, motivo de outros trabalhos - que teve que se ausentar, que era a Cibele, Coordenadora Estadual do Sentinela. Então, nós não temos nenhuma representação por parte do Estado. Nós já vimos o descaso do Estado com essa relação, porque só quer cobrar, fiscalizar, mas não está fazendo co-financiamento. Então, como vamos desenvolver ações? O art. 88 fala na municipalização, mas se não tiver o co-financiamento também do Estado, só o município não vai dar conta de fazer tudo sozinho. Então, nós precisamos dessa cobrança.

E fica aqui a nossa indignação pelo Estado não estar presente. Não tem ninguém da SETEC aqui fazendo parte da Mesa e nem no auditório. Como vamos cobrar alguma ação do Estado, se quando tem uma Audiência Pública no Legislativo Estadual eles não se fazem presentes? Fica difícil. Então, está havendo um descaso e não estão importando muito, porque criança e adolescente infelizmente não estão sendo prioridade absoluta em nosso Estado.

Nós participamos dos encontros desde 98, Teté, no primeiro encontro de combate à exploração e abuso sexual de violência com a presença do Márcio, que era do Fórum Nacional. Já participamos de encontro em Brasília, Minas Gerais, Vitória, Espírito Santo, sobre exploração, questão de medidas socioeducativas, já contribuindo para construir o Plano Nacional.

Delegacia de Proteção, já estivemos lá eu, Teté e mais outras pessoas, na época, com a Delegada Mara Rúbia, Dr. Paulo Prado, estivemos lá em Brasília, participamos de reuniões e essa Delegacia até hoje não saiu do papel. E o que nós vamos fazer? Só ficar em audiências públicas, seminários, fóruns, reuniões, a pessoa acaba até desanimando. Por isso que a gente vê que a platéia vai se esvaziando, as pessoas enjoam de ir a tantas reuniões e não ver aquela ação acontecendo. E, nós temos que fazer algo para mudar essa cultura, porque não podemos ficar só na questão de encontros, reuniões e seminários, se verdadeiramente tudo isso não sair do papel.

Então, ficou firmado ali na Audiência Pública da Câmara, anteontem, a criação da Frente Parlamentar, através do Vereador Éden e do Vereador Mário Lúcio. Vamos torcer para que, realmente, essa Frente seja implementada aqui em Cuiabá, que seja a Frente Parlamentar do Estado aqui também, porque nós precisamos ter essa atuação maior para a criança e o adolescente.

Temos que fortalecer a questão dos Conselhos Tutelares do Estado, principalmente do Município de Cuiabá, porque hoje os Conselhos Tutelares do Estado estão praticamente abandonados. O Conselho Estadual está há seis meses acéfalo, sem funcionar, por quê? Porque se extinguiu a PROSOL no dia 31 de dezembro e o Governo do Estado até hoje não se dignou a encaminhar uma outra secretaria para que ele seja paritário, porque ele ficou sem paridade e não

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

pode funcionar. E já está há seis meses. Era só indicar a Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Administração, qualquer uma dessas para compor o Conselho, no lugar da PROSOL. E eu não sei o motivo, já acabou até o mandato da Presidência daquele Conselho e o Conselho está sem funcionar. E, nós recebemos ligações direto, Teté, dos municípios, no DCA, no meu *e-mail*, no meu celular, pedindo informações: como fazer isso, como fazer aquilo, porque eles não conseguem falar com ninguém no Conselho Estadual.

Então, nada daquele plano que foi feito, que a Deputada Federal Thelma de Oliveira falou, do plano que nós ajudamos a construir em 2002, nada daquilo saiu do papel, tudo ficou parado e não há interesse que saia. Não sei o motivo, parece que não há interesse que essas ações saiam realmente do papel.

Nós ficamos muito tristes por estarmos aqui hoje, porque isso não é nenhum motivo de alegria, estarmos aqui discutindo a questão da violência e o abuso sexual contra a criança e o adolescente. Isso é um motivo de tristeza, porque não devia existir esse ato, essa violência e o mundo, com certeza, seria melhor.

Então, eu peço a Deus que ilumine os nossos gestores públicos, que ilumine a todos nós e que a gente não desanime e continue nessa luta. E, pode contar conosco, estamos lá na Secretaria de Defesa e Cidadania, estamos como articulador municipal do Programa Prefeito Amigo da Criança também, no Município de Cuiabá, e estaremos sempre, independente de cargo, lutando em favor da criança e do adolescente de Cuiabá, de Mato Grosso e do País. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir o Sr. Davino Mário de Arruda, Coordenador dos Conselhos Tutelares de Cuiabá.

O SR. DAVINO MÁRIO DE ARRUDA - Bom-dia, Deputado Humberto Bosaipo, gostaríamos de agradecer Vossa Excelência por essa iniciativa e jamais poderíamos deixar de recordar o empenho que tem o Deputado e o respeito pelos Conselheiros Tutelares de Cuiabá, pois, na época de comemoração do Dia Nacional dos Conselheiros Titulares de Cuiabá, o então Deputado Humberto Bosaipo valorizou o trabalho dos Conselheiros aqui de Cuiabá, da Capital, com uma Moção de Aplausos dentro desta Casa.

Então, em nome dos trinta Conselheiros da Capital, Deputado, o nosso muito obrigado por essa consideração e respeito a essa classe.

Como hoje estamos discutindo, falando e lembrando novamente a questão do direito da criança e do adolescente que há muitos já vem, é uma temática que é discutida não só em nível nacional, mas em nível mundial e, infelizmente, sempre esbarra em uma pequena palavra: Orçamento. É incrível, gente. É bonito, é lindo ver todos falarem: a criança e o adolescente é o nosso futuro, quando a realidade, o que nós temos que fazer, é no presente, é no hoje. Infelizmente, por questão dessa pequena palavra, orçamento, atrelada a contingenciamento e outras, resumindo, nunca há verba para o social para tratar do direito da criança e do adolescente.

E aí, Dr<sup>a</sup> Silvana, quando a Constituição Federal no seu art. 227 elege ao status de prioridade absoluta o direito da criança e do adolescente, realmente a gente vê que a coisa quase nunca sai do papel, pois aqui dentro da nossa cidade, na nossa Capital, todas as vezes que nós vamos fazer algumas intervenções, e aí eu gostaria até de dizer os números, nós temos estatísticas, Deputada Thelma de Oliveira, Deputada Verinha Araújo.

Então, só no ano passado foram dezoito mil cento noventa e cinco ações efetuadas pelos seis Conselhos Titulares de Cuiabá, quando no ano retrasado o número era de onze mil quatrocentos e três, Dr. Euze.

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

---

Então, para nós, enquanto Conselheiros, e acredito que para toda sociedade que está aí organizando, sim, redes de apoio e de ação, é lamentável que essa estatística nossa não tenha deflação, porque, em virtude desse contingenciamento de verbas, o que acontece? Não está se trabalhando a forma mais eficaz, Deputada Thelma, que é a questão da prevenção. Parece que os nossos governantes querem trabalhar economia, economia, economia, mas essa entidade não dá resultado, tem quarenta casas, tem cinquenta, tem dez. Gostaríamos que não tivesse nenhuma.

Eu acho que a política que tem que ser trabalhada é a de prevenção, porque um fato ocorre hoje na nossa Capital, onde 18 de maio é tido como a data de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, pois essa já é uma luta que vem desde 1993, quando foi criada a primeira CPI de combate, na Câmara Federal, e daqui do nosso país saiu até ao Norte para a Organização Mundial, que foi lá em Estocolmo, em 1996. Então, são ações que vêm, mas aí há um projeto federal, gente.

E o ECA, a Lei nº 8.069/90, diz no art. 86 que as ações de políticas sociais devem ser ações conjuntas governamentais e não governamentais em todas as esferas de Governo, tanto União, Estado e Município.

E aí foi bem lembrado pelo Vereador Éden Capistrano: Verba Federal vem para alguns programas e, infelizmente, falta o comprometimento dos outros entes, no caso, Estado e Município. Vamos citar como exemplo o Programa Sentinela, da nossa Capital.

Deputada Thelma, ao citar isso, eu gostaria até de uma ação especial da senhora nesse sentido e do Deputado Estadual Humberto Bosaipo, na questão de estar vendo junto à SETEC a aplicabilidade desses recursos, porque, por força da Lei Municipal nº 4.473, no seu art. 10, os Conselhos Tutelares desenvolvem o seu plantão noturno de final de semana e feriado, porque o Conselho Tutelar funciona vinte quatro horas por dia durante trezentos sessenta cinco dias no ano. E muitos ainda dizem: Eles não trabalham.

Então, nesse sentido, Deputado, gostaríamos de pedir a atenção de Vossa Excelência e da Deputada Thelma de Oliveira em nível federal, junto ao BNDES, porque nós estamos vendo aquela entidade sendo desvalorizada e levada ao descaso. Não pelo quadro funcional que ali tem, mas pela administração onde aquela entidade é submetida.

E aí, Dr. Euze, como eu disse na Audiência Pública lá na Câmara, volto a frisar novamente, nós, enquanto Conselho, órgão fiscalizador - porque nós somos apenas os executores e o que atribuiu o artigo 97 do ECA - fizemos o nosso papel. Fomos até aquela entidade e fiscalizamos. Noticiamos as irregularidades. Passamos ao Secretário Edivá que tem um prazo para que as ações sejam tomadas no sentido de saná-las. Caso não seja, não hesitaremos em nenhum minuto em fazer a representação junto ao Ministério Público. Porque ali, sim, Dr<sup>a</sup> Silvana, naquela 19<sup>a</sup> Vara de Infância aqui da Capital, na pessoa do Dr. José Antônio, e na 1<sup>a</sup> Vara do Judiciário, na pessoa da Dr<sup>a</sup> Cleucir, nós vemos serem respeitados o artigo 227 da Constituição Federal e o artigo 4<sup>a</sup> do ECA. Ali, sim, direito de criança e adolescente é tratado com absoluta prioridade, porque, apesar de toda morosidade que há no Judiciário, sempre que ali vamos, levamos uma situação de risco de uma criança e de um adolescente, nós temos resposta em tempo recorde. Então, realmente vemos que está sendo mantido.

E, por outro lado, nós jamais poderíamos deixar de lembrar da ação na Delegacia de Mulheres, aqui na presença da Dr<sup>a</sup> Sílvia, e das CIRCs que foram criadas, para descentralizar as ações, porque enquanto não temos a delegacia de defesa instalada, todas as ações foram direcionadas para aquela delegacia. E ali também temos um atendimento fora do comum, Dr. Silvana, porque lá nós não precisamos usar das nossas atribuições do art. 136. Nós não requisitamos. Nós solicitamos, e muitas vezes até por telefone, e somos atendidos para desempenhar a nossa função. Então, ali

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE**  
**CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30**  
**HORAS.**

---

realmente o trabalho é feito, e feito em parceria. Porque tenho certeza de que nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos. E isso é um fato sério.

Então, Deputado, eu gostaria - até me emocionei um pouco na fala - de apresentar a todos os presentes aqui. E, dizer, Teté, quando a gente diz que é a mesma pessoa, são as mesmas que sempre estão é porque realmente estamos imbuídos nessa causa, porque nós não queremos trabalhar com quantidade e sim, com qualidade (PALMAS). E, em nome dessa qualidade, eu gostaria de apresentar a todos presentes aqui, que a gente pouco se vê e poucos sabem, os três Coordenadores de Unidades de Conselhos Tutelares, Deputado, que aqui se fazem presentes: Cristiane, Coordenadora do Conselho Tutelar do Pedra 90; Flávia, Coordenadora do Conselho Tutelar do CPA e o Cleidiney, Coordenador do Conselho Tutelar da região do Coxipó.

E voltando à fala, Deputado, a questão da exploração aqui na Capital nós só temos um abrigo, que é o programa Sentinela. E há verba federal para isso. E, acreditamos que essa verba tem e deve ser usada para a manutenção daquele programa. Se o número de atendimentos no ano de 2006 não é tanto quanto 2005, nós devemos aplaudir e valorizar mais aquela equipe que está ali dentro e aqueles que antecederam. No caso, nós tivemos a psicóloga Rosana; a Dulce, que esteve à frente do nosso programa Sentinela, aqui na Capital; a Lourdes; e hoje nós temos a Hellen, que está também desenvolvendo um bom trabalho. Mas, a questão não é só linha de frente, gente! Tem que ter retaguarda! Se a gente não tiver um apoio atrás, não tem como desenvolver o trabalho, porque é difícil!

Bem lembrado pelo Natalício, a questão da estruturação dos Conselhos. Os computadores ainda são remanescentes de quando a Deputada Thelma de Oliveira era a Primeira-Dama do Estado e então Presidente da PROSOL. Estão obsoletos? Sim, estão! Mas, apesar de obsoletos, o pior de tudo, Deputado, é que nós temos seis Unidades de Conselhos Tutelares na Capital e apenas uma tem computador funcionando.

E aí, Dr<sup>a</sup> Silvana, a senhora que sabe o quanto é elaborar um processo para encaminhar ao Ministério Público, hoje, os Conselheiros fazem isso tudo à mão. Voltamos ao manuscrito no tempo da modernidade. Isso é incrível!

Então, nesse sentido, nós gostaríamos de uma ação, de um apoio não de valorização pessoal dos Conselheiros. Não. O que nós estamos pedimos é condição digna de trabalho, porque ali nós representamos o anseio, Deputada Thelma de Oliveira, de trinta mil votos espontâneos para compor os cinco Conselhos Tutelares de Cuiabá que já passaram pelo crivo do voto. E eu tenho uma outra questão bastante delicada para elencar: devido a ação em que foi colocada a extinção da PROSOL, o Conselho Estadual encontra-se *sub judice*, sem direção, sem norte e, conseqüentemente, todos os Conselhos dos Municípios também perdem o horizonte, porque a gente tem contato direto com os Municípios, porque então na 6<sup>a</sup> Conferência Nacional, realizada em Brasília. Lá também nós assumimos a representação do Fórum Nacional dos Conselhos Tutelares do País, representando o Estado de Mato Grosso. Nesse sentido nós pedimos uma atenção especial para essa entidade.

Na quarta-feira, eu tive a oportunidade de pedir ao Legislativo Municipal, na pessoa do Vereador Éden Capistrano, que também desse uma atenção especial à situação do nosso Conselho Municipal que, desde 28 de março, é presidido por uma Comissão provisória que não tem poder de delegação. Em conseqüência disso, o primeiro Conselho Tutelar de Cuiabá, que é o do centro, no dia 08/06 está de porta fechada, sem conselheiro para trabalhar porque termina o mandato. Não existe prorrogação de mandato.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.**

---

Então, é uma situação delicada, sim. E a coordenação dos Conselhos, desde dezembro, vem atentando a preocupação se esse fato ocorrer. Infelizmente, uma vez mais, o descaso está fazendo com que isso venha ocorrer.

Então, nós gostaríamos de ver ação e pedimos o empenho, porque no final quem sofrerá as conseqüências serão nossas crianças e nossos adolescentes, porque muitas vezes o Conselho Tutelar, nas suas atribuições é visto como o patinho feio da história, Deputado. O art. 95 é claro. Quando vamos fiscalizar, nós somos vistos como imposição; e quando nós requisitamos um trabalho, quando há uma requisição de trabalho social do Conselho, é uma questão emergencial. Mas nós vamos requisitar? Sim, requisitamos, mas, infelizmente, não somos atendidos, porque não tem.

Então, tem que ter uma política social direcionada para esse público, porque o Conselho é a primeira porta de entrada da denúncia, é ali que nós convivemos com a situação.

Vereador Éden, então, é nesse sentido que nós pedimos o apoio do Legislativo Municipal para fortalecer ali as ações, porque está muito difícil trabalhar e tentar elencar esses problemas das nossas crianças sem recurso, sem condições de trabalho.

Em especial, mais uma vez volto a frisar, Deputada, a senhora na Câmara Federal - porque sabemos que o Programa Sentinela é de âmbito federal - interceda, veja e, por gentileza, olhe, porque as nossas crianças precisam. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu vou encerrar a Audiência Pública. Nós teríamos ainda que ouvir aqui o Carlos Alberto, o Dr Euze, Enéia, o Lúcio, mas eu vou pedir desculpas.

Gostaria de agradecer a presença da Secretária Eliane Velasquez, eu estive lá no Sentinela, visitando e conhecendo o Programa.

Agradeço a presença das autoridades.

Declaro encerrada a presente audiência pública.

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:

- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Donata Maria da Silva Moreira;

- Revisão:

- Laura Yumi Miyakawa;
- Nilzalina Couto Marques;
- Ila de Castilho Varjão.